

# JORNAL DA EDUCAÇÃO

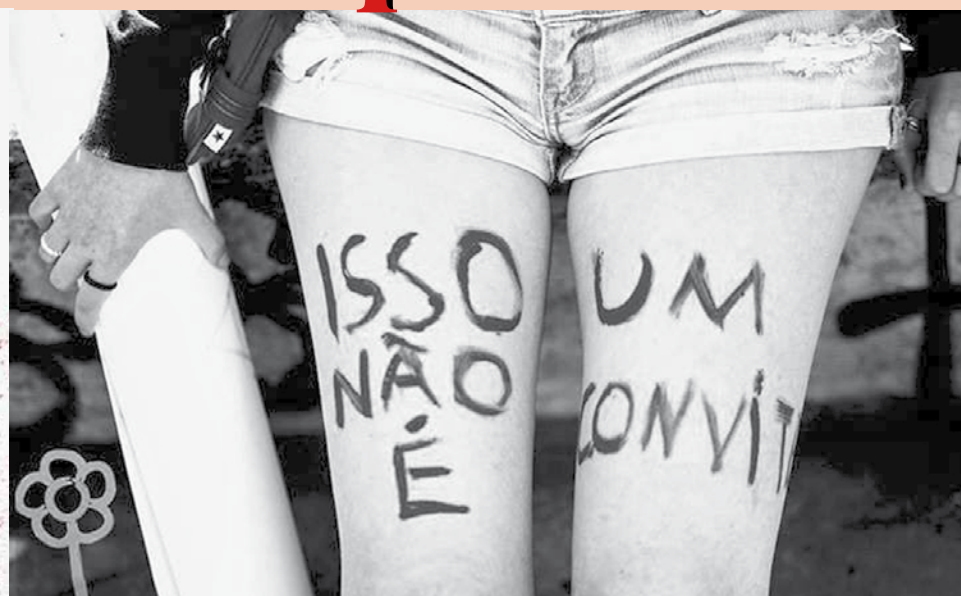


[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)

## Brasil precisa lutar contra a cultura do estupro

a sociedade ensina  
“não seja estuprada”  
ao invés de ensinar  
“não estupe”

CAHIS UERJ  
FILHOS da  
PÚBLICA  
CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA-UERJ



É preciso acabar com a cultura do estupro. A vítima NUNCA é a culpada pelo crime do estupro. Santa Catarina tem a terceira maior taxa de estupros do país.

Págs 4 e 5



### Qual a diferença da gripe comum para a H1N1?



O lema da campanha de vacinação deste ano foi prontamente absorvido pelos joinvilenses diante do anúncio da segunda morte pelo vírus H1N1, no mês de abril.

A circulação do vírus influenza de forma atípica para o período do ano, com predominância do subtipo A (H1N1) levou inclusive a antecipação da vacinação em Santa Catarina.

Pág. 4

### Desafios da sala de aula...



Fonte: <https://jucienebertoldo.wordpress.com/2013/05/08/186-atividades-de-matematica-3o-ano-ef/>

ByProfª Juciene



# Desacatar o professor é crime

Em outubro de 2011, publicamos editorial neste mesmo espaço do Jornal da Educação, alertando para a solidão do professor em sala de aula. E desde então, a dura e solitária realidade do professor não se alterou para melhor. Pelo contrário, cada vez mais, os professores estão abandonados à própria sorte e especialmente por esta razão, abandonando as salas de aula.

A crescente fuga da profissão (os cursos de licenciatura também estão sem alunos) decorre principalmente desse abandono o que contribui sobremaneira para as agressões dos alunos, dos pais e até mesmo dos próprios colegas de escola, que deveriam dar suporte a quem tem a missão de ensinar.

A cada dia mais indisciplinados e indispostos ao estudo, os alunos nem precisam fazer muito esforço para deixar o professor acuado. Como na maioria quase absoluta das escolas, a sala é da turma, o professor é o intruso que vem "na casa do aluno" querendo impor regras e ensinar.

Assim, a sala de aula vem se transformando no reduto dos alunos contra a estrutura social estabelecida e os professores são os alvos mais fáceis, já que cabe a eles estabelecer as regras e avaliar a aprendizagem.

Naquela edição, alertávamos que o professor não pode continuar solitário em sala de aula e que era urgente uma solução. O exemplo da Escola da Ponte, na região do Porto, em Portugal, que tirou as paredes e transformou a escola numa grande sala de aula coletiva com os alunos trabalhando em equipes, nas quais os maiores ensinavam os menores em projetos de aprendizagem coletiva, foi uma das soluções apontadas.

O projeto Escola da Ponte foi desenvolvido exatamente porque os professores estavam sendo constantemente desrespeitados e agredidos, inclusive fisicamente, nas salas de aula fechadas.

A escola atendia crianças vindas de comunidades violentas, eram as indesejadas, aquelas "que ninguém quer ter como alunos".

Uma das primeiras providências propostas pelo grupo de professores fundadores, foi eliminar as paredes das salas de aula e colocar todos os professores a atender a todos os estudantes. Ministrando suas aulas num espaço coletivo único, sendo responsáveis por pequenos grupos, mas também pelo coletivo, os professores davam suporte uns aos outros.

Qual aluno iria agredir um professor aos olhos de todos os colegas e demais professores?

Portanto, a famosa Escola da Ponte conseguiu resolver, o problema da solidão do professor, tornando a sala

de aula um espaço coletivizado, plenamente visível, como deve ser um espaço público.

Ao acabar com o confinamento da sala de aula, eliminou-se também a possibilidade de embate entre o professor e

Cartazes como este deveriam estar bem visíveis nas salas de aulas e escolas.



seu aluno, no espaço denominado como da turma, ou seja, os alunos se reforçam porque o professor ali é o intruso.

A realidade brasileira, entretanto, não tem apresentado solução semelhante. Em algumas escolas, a implementação de salas ambientes para o professor tem conseguido diminuir em muito o desrespeito e até a agressividade contra o docente, visto que são os alunos que se deslocam até a sala, que é do professor. Ou seja, também na escola eles terão uma autoridade "dona do pedaço".

E para piorar, continuamos ensinando a impunidade e o desrespeito nas próprias escolas e desde os primeiros anos de escolaridade.

Os casos de agressão aos colegas e também aos professores geralmente são tratados como problema de indisciplina e na maioria das vezes, a escola dá uma "solução doméstica".

A tendência é a escola resolver por si para não parecer que é incompetente para educar as crianças que ali estão.

O mesmo que acontece com alguns pais que terceirizam a educação dos filhos para a escola. "Façam o que quiserem com ele, eu não dou conta", dizem...

Enquanto tratarmos a agressão física ou mesmo oral ou virtual (internet) como caso de indisciplina, continuaremos a ensinar a impunidade. Agressão

é infração e, portanto, caso de polícia.

Deve ser registrada em delegacia de polícia e tanto o aluno, quanto os pais devem ser responsabilizados.

Aliás, vale lembrar que professor é funcionário público e assim como todos os demais funcionários públicos desse país, estão amparados pela lei:

O desacato ao funcionário público no exercício da função é crime e a lei está amparada ao artigo 331 do Código Penal brasileiro.

Sendo assim, o ideal é que haja aviso em todas as salas de aulas e demais ambientes da escola.

E, mais ainda, que sejam denunciados e processados por recorrente e deliberado desacato, desrespeito e distúrbio em ambiente público.

## Artigo 331 do Código Penal:

**Desacato:** Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela

**Pena:** detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa – competência dos juizados especiais criminais, podendo, o réu ser beneficiado com o instituto da transação penal (Constituem infrações de menor potencial ofensivo: crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa).

O objetivo dessa lei é assegurar o normal funcionamento do Estado, protegendo o prestígio do exercício da função pública. A proteção se refere mais à função pública do que a própria pessoa do funcionário.

Ou seja, desacatar o professor, sendo indisciplinado e prejudicando sua função primeira, a de ensinar, é crime e deve ser tratado como tal.

Essa talvez seja a grande lição a ser ensinada nas escolas. O estado quer ensinar e o cidadão por não querer aprender, atrapalha o funcionário público no dever de sua função, a de dar aula.

São poucos os estabelecimentos de ensino nos quais há suporte ao professor, que além de funcionário público é um ser humano, tem família, problemas de saúde e sofre com a forte pressão e estresse, inerentes à profissão, fica sozinho e apesar de ser vítima, muitas vezes é tratado como se fosse o algoz.

Trabalhar com pessoas é difícil, a afirmação, de tão repetida, caiu na vala comum. O professor precisa de ajuda. E, mais do que isso, precisa ser fortalecido, autorizado e apoiado em suas ações pelo conjunto da escola e da secretaria de educação.

Ao proteger o professor, o aluno também estará protegido, muitas vezes de si próprio e dos pais.

Apesar de estar solitário e trabalhar

## EXPEDIENTE



Ano XXIX - Nº 295 Joinville(SC), Maio 2016

Rua Marinho Lobo, 512 Sala 40  
89201-020 Joinville - SC  
Fone: (47) 3433 6120 e 84150630

Endereço Eletrônico:  
[www.jornaldaeducacao.inf.br](http://www.jornaldaeducacao.inf.br)  
[jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br](mailto:jornalismo@jornaldaeducacao.inf.br)

Jornalista Responsável:

Maria Goreti Gomes DRT/SC

ISSN 2237-2164

Reg. Especial de Título nº 0177593

Impressão: AN

Tiragem desta edição: 4000

Distribuição dirigida a assinantes, anunciantes e estabelecimentos de ensino dos municípios das regiões educacionais de Joinville e Jaraguá do Sul.

Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores



grande parte do tempo sem o suporte necessário, na relação com o aluno, o professor sempre é o adulto. E como adulto, terá de administrar os conflitos.

E pela própria formação para o magistério, acredita que consegue melhorar e educar para o bem. Mas a realidade tem lhe mostrado, a duras penas, que quando todas as crianças, adolescentes e jovens estão na escola, não são somente os de boa índole e com vontade de aprender que lá estão.

Nesse momento, é preciso retornar aos livros e estudar sobre o aluno ideal e o idealizado mostrado nas teorias aprendidas durante o curso de licenciatura.

Mas seguramente, somente com a ajuda dos gestores e demais colegas, conseguirá encontrar a saída do labirinto que tem se tornado o ambiente escolar.



# O que são medidas preventivas contra o bullying?

\*Texto de Ana Paula Siqueira Lazzareschi de Mesquita

Frequentemente visitamos instituições de ensino que acreditam realizar programas de combate à violência sistemática. Entretanto, as formas que vivemos nossos valores são a expressão do meio ambiente. Portanto, resta claro que até o presente momento, as medidas que foram tomadas pelas instituições de ensino são, no mínimo, inócuas. O crescente aumento de casos de violência presencial e virtual nos mostram a total ausência de conhecimento sobre o que se tem na palma da mão: smartphones, crime e poder.

Mal-usado, este pequeno pedaço de plásti-

instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores; fornecer assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores; integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo; promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua.

E não basta apenas implementar o programa na instituição de ensino. Todos os atos

A transformação do ambiente escolar parte da figura do gestor escolar – ele é o responsável pela implantação do Programa de combate à violência sistemática. Gestor não é aquele que possui o título, o cargo, o nome dentro de uma estrutura corporativa. Gestor escolar é a pessoa apta a promover a implementação de valores com a mudança da sua própria conduta.

co, metal e tecnologia embutida em aplicativos nos permite violar, no mínimo, dez artigos do Código Penal. E a conta aumenta ao se acrescentar dispositivos previstos no Código Civil, na Lei de propriedade industrial, a Lei autoral, a Lei do Software e, agora, sobretudo, a Lei do Bullying.

Embora as medidas preventivas estejam claramente dispostas na lei nº 13.185/2015, temos constantemente lidado com um processo de negação dos administradores escolares. Uma parte deles acredita que cyberbullying é uma lenda. Para a outra, a lei “não vai pegar”.

É importante esclarecer que ainda existem responsáveis por gestões das escolas empenhados na prevenção e combate à violência sistemática. Acreditam que precisam aprender mais. Estudar mais. Ouvir mais. E agir de forma assertiva e contundente, dentro dos ditames da lei. Quando o diretor ou coordenador pedagógico assume que desconhece o tema, os paradigmas e valores podem ser acrescidos dentro do currículo escolar, e a transformação do ambiente escolar é notória e fantástica, a partir da mudança de uma única pessoa.

O programa de prevenção e combate ao bullying em uma escola, necessariamente, deverá conter de forma expressa e taxativa todos os objetivos impostos pela lei 13.185/05, sendo eles: Prevenir e combater a prática do bullying em toda a sociedade; capacitação de docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

realizados pelos professores e coordenadores necessitam estar provados e registrados nos órgãos competentes. Quando a lei nomeou os requisitos dos programas de prevenção ao bullying, optou pela inclusão de numerus clausus (elencadas em número reduzido, constituem figuras de tipo fixo, predeterminados por lei). Portanto, não cabe ao administrador escolar inovar ou tentar “adaptar” o texto da lei. Os nove requisitos deverão ser cumpridos e a negligência do cumprimento acarretará a responsabilidade civil e administrativa das instituições de ensino.

A transformação do ambiente escolar parte da figura do gestor escolar – ele é o responsável pela implantação do Programa de combate à violência sistemática. Gestor não é aquele que possui o título, o cargo, o nome dentro de uma estrutura corporativa. Gestor escolar é a pessoa apta a promover a implementação de valores com a mudança da sua própria conduta. Uma única pessoa pode mudar o curso da Humanidade – tanto para o mal (Adolf Hitler, Joseph Stalin, Gênghis Khan por exemplo), como para o bem (Sidarta Gautama, Jesus Cristo, Maomé, Moisés – por exemplo). É preciso entender o tempo em que vivemos, o local onde estamos e a legislação da qual estamos (ou queremos ser) submetidos.

Caso único onde uma andorinha é capaz de fazer o verão.

**\*Ana Paula Siqueira Lazzareschi de Mesquita, advogada e coordenadora do Programa Proteja-se contra os prejuízos do Cyberbullying**



## Homofobia

Nos últimos anos, 25% dos gays da União Europeia sofreram algum tipo de agressão. Existem pelo menos sete países que aplicam a pena de morte aos homossexuais. A cada dois dias, um homossexual é assassinado no Brasil.

A homofobia tem origem na crença inextricável de que Deus odeia a homossexualidade. Ora, se Deus fosse contra os homossexuais, por que os criaria? Qual seria o problema de alguém se interessar por uma pessoa do mesmo sexo? Nenhum. Da mesma forma que o relacionamento hétero, quando feito entre adultos responsáveis, não traz nenhum problema para a sociedade, o amor homossexual também não causa danos a ninguém.

Sabemos pelos estudiosos que em algumas culturas antigas o amor homoafetivo foi praticado, tolerado e exaltado como o modelo de afeto que mais se aproximava de Deus. Homens casados tinham seus amantes, sem que isso afetasse sua honra. Somente o lesbianismo era desestimulado, porque para os governantes, ele afastava a mulher de suas principais funções: gerar filhos e deixar a casa em ordem para o marido.

Com o advento do judaísmo, a religião começará uma guerra implacável contra os homossexuais. Para os dirigentes israelitas, relações entre pessoas de igual sexo representavam um perigo para seu povo, por um motivo simples: não gera descendentes, e a nação de Israel precisava crescer; mais gente, mais mão de obra no futuro e mais soldados para o exército. Então, para eliminar a prática, criou-se uma lei punindo homossexuais com a pena de morte (Levítico 20,13), e para dar mais credibilidade à lei, divulgaram que se tratava de mais uma lei entregue por Deus ao povo hebreu.

Delegar a autoria de uma legislação a um deus era comum em tempos antigos. Sabemos que o Pai dos códigos pertence ao rei de Ur (Suméria), cerca de 2040 a.C. Ele anunciou que recebera as leis diretamente do principal deus sumério, pois sabia que assim o povo teria mais respeito pelas leis. Outro monarca que chamou um deus para ajudá-lo na elaboração de seus estatutos foi Hamurabi (séc. 17 a.C.).

Esses reis foram ajudados por um deus para criar suas legislações? Claro que não. Mas o povo, inculto e fácil de ser enganado, aceitou, como cordeiros, que estava diante de regras caídas do céu. E, para que ninguém se atrevesse a descumprir aquelas leis, foi anunciado que o infrator seria preso, e sofreria terríveis castigos, aqui na terra, e depois no além, e aí a coisa seria pior.

A história de Moisés recebendo os Dez Mandamentos de Deus no monte Sinai é um mito. Hoje, não há um estudioso sério que acredita que a lei mosaica tenha sido entregue por Deus a Moisés.

A lei contra a homossexualidade pertencia à mesma classe de leis bíblicas que punia de morte o filho alcoólatra, quem trabalhasse no sábado, adúlteros, quem oferecesse sacrifícios a outros deuses, o estrangeiro que se aproximasse do santuário, quem rejeitasse a sentença do sacerdote ou do juiz, etc. Todas elas foram abandonadas graças ao surgimento do Estado laico, que acabou com o poder da Igreja de julgar e condenar à morte quem desejasse.

Líderes religiosos exortam os homossexuais a rejeitar sua natureza, para que tenham o direito à Salvação. Ora, por que eles são tão obstinados em condenar as relações homoafetivas, mas ignoram outras leis bíblicas? Um peso e duas medidas? Por que esses religiosos, tão atentos em seguir a “Palavra de Deus”, se esmeram tanto em infernizar a vida dos homossexuais, mas



esquecem de fazer o mesmo com outros que desrespeitam as “leis do Senhor”? Por exemplo, aqueles que trabalham no sábado (a lei manda matá-los), os desenhistas e escultores (Deus proíbe a confecção de imagens), os estrangeiros, os bastardos e os que têm defeitos nos testículos que entram em igrejas (a lei proíbe que se aproximem do altar), as mulheres que falam dentro da igreja e usam penteados glamorosos e brincos (o apóstolo Paulo mandou-as ficar caladas e usar o véu, em nome do Senhor).

Tudo é interesse. A Igreja sobrevive de doações e dizimos, de forma que se fosse seguir a lei ao pé da letra, teria que restringir o acesso de muitas pessoas em seu meio, o que significaria um risco para seu futuro. Assim, fechou os olhos para muitos infratores, mas se manteve inflexível com os homossexuais, pelo mesmo motivo dos antigos sacerdotes hebreus: eles não procriam, e os sacerdotes precisam de bancos cheios no domingo. Mais gente, mais dinheiro na cestinha.

**Fernando Bastos é escritor, ilustrador e artista plástico. Publicou dois livros: “Teofania” e “Crimes em nome de Deus”. E-mail: fernandoilustrador@gmail.com e Facebook: https://www.facebook.com/fernandocesar.bastos**

Cartas



Jornal da Educação

**Opinião do leitor**  
Rua Marinho Lobo, 512 Sala 40  
Fone: (47) 3433 6120 e 84150630  
89201-020 - JOINVILLE - SC

**E-mail: opiniao@jornaldaeducacao.inf.br**



Os olhares, os assovios, as palavras desditosas, os assédios no trabalho, até o último grau da violência de gênero, que é o estupro, por serem tão rotineiros, legitimam a nossa cultura, como sendo uma cultura do estupro. (ROST; VIEIRA, 2015).



Ilustração de: <http://lorena-carvalho.deviantart.com/>

estupros consumados, dos quais 10% são reportados à polícia”.

No que se refere às vítimas, 88,5% são do sexo feminino, sendo que, deste percentual, mais da metade não alcançou os 13 anos de idade, 46% não concluíram o ensino fundamental e, mais do que assustadores 70% dos estupros tiveram crianças e adolescentes como vítimas.

Dados alarmantes e reveladores de uma cultura fortemente arraigada em preceitos patriarcais seculares, de onde advém a cultura do machismo, histórica e socialmente produzida e reproduzida no seio de instituições políticas, religiosas, jurídicas, familiares e escolares e, na contemporaneidade, vê-se endossada através da mídia que, por sua vez, não mede esforços em objetificar a figura do sexo feminino.

Neste sentido, bastante ilustrativo é o documentário dirigido por Jennifer Siebel Newsom, Miss Representation (traduzido para o português como Mulheres na Mídia), lançado em 2011 que, embora apresente o contexto norte-americano como o ponto

do pai, do marido e da família, perante a sociedade, transfigurava a situação para o aspecto de propriedade violada (mulheres enquanto propriedades dos homens).

Além de inexistir qualquer medida de proteção à mulher na ocorrência de sexo não consentido, ela ainda era culpabilizada, através da recorrente relativização do consentimento. (ROST; VIEIRA, 2015).

Mais tarde, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, emergiram produções teóricas advindas dos movimentos feministas, que colocaram em pauta temas sobre a sexualidade e relações de gênero. A enculturação das relações de poder, existentes nas esferas pública e privada em torno da questão de gênero e sexualidade, passaram a ser fortemente questionadas.

Diante disto, surgiu a teoria feminista do estupro, traduzida na afirmação de Susan Brownmiller no sentido de que “todo estupro é um exercício de poder”, iniciando o processo de desconstrução da motivação da violência sexual atrelada ao desejo sexual ou a qualquer outro fator

Estima-se que ocorrem 527 mil tentativas ou estupros consumados, por ano no país, dos quais 10% são reportados à polícia.

## POR QUE VIVEMOS EM UMA CULTURA DO ESTUPRO?

Texto de Maria Eduarda Medeiros da Silveira\*

Deparamo-nos no mês de maio com tristes e emblemáticos casos de estupro no Brasil: um deles ocorreu em Bom Jesus, no Sul do Piauí, onde uma jovem de 17 anos foi encontrada, no dia 21, amarrada e amordaçada com a própria calcinha em uma obra abandonada. Cinco suspeitos, dentre eles quatro menores de idade, estão sendo investigados pelo estupro coletivo.

No dia 27 de maio, outro caso de estupro coletivo completara um ano. Em Castelo do Piauí, quatro adolescentes, entre 15 e 17 anos, foram brutalmente espancadas e estupradas por, supostamente, quatro garotos menores de idade e um adulto, com mais de 40 anos.

O uso do “supostamente” se dá porque, ainda àquela época, a Defensoria Pública do Estado do Piauí pediu a absolvição dos envolvidos no caso.

Uma das vítimas deste estupro morreu poucos dias depois da tragédia. Seu corpo não resistiu às violências sofridas. Também um dos meninos acusados de participação no crime foi assassinado enquanto, sob tutela do Estado, permanecia no Centro Educacional Masculino (CEM), de Teresina.

Como é sabido, no Brasil, casos que geram forte comoção social refletem,

quase sempre, de forma negativa no “fazer justiça”, isto porque culminam em prisões sumárias, resultantes de parcas e precárias investigações, intensamente permeadas pelo clamor da população e pelos apelos midiáticos.

Nas últimas semanas, o país vivenciou outro caso marcado pela estupidez humana, cujo desenrolar encontra-se em andamento: o estupro da menina de 16 anos, no Rio de Janeiro, com o levante do número de 30 ou 33 estupradores.

O ato foi filmado e divulgado nas redes sociais. Quem assistiu o vídeo afirma que não há como negar a ocorrência do crime: vozes ao fundo, muitas pessoas no local, conjunção carnal com uma menina desacompanhada, no chão, sangrando...

E, de fato, as investigações seguem com a confirmação do estupro e com a identificação de, pelo menos, quatro participantes diretos.

**Mas o que, afinal, tudo isto nos mostra? Estamos submersos em uma “cultura do estupro”? É legítima a utilização desta expressão?**

Começemos a partir de dados estatísticos. A Nota Técnica nº 11, do IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, publicada em março de 2014, com o obje-



tivo de radiografar os casos de estupro no Brasil, segundo os dados da saúde (mais precisamente a partir das informações de 2011 do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde—o Sinan, dentre outros dados oriundos de pesquisas de campo com aplicação de questionários), estimou que, por ano, no país, “ocorrem 527 mil tentativas ou

central, é altamente representativo dos estereótipos pejorativos voltados ao gênero feminino e que são, de forma escancarada ou mascarada, criados, recriados e perpetuados diariamente pela indústria midiática mundial.

Muito recentemente a questão do “ato sexual não consentido” foi incluída no arcabouço jurídico legal enquanto violação aos direitos individuais.

Durante muito tempo, a perspectiva legal e jurídica caminhou lado a lado com os costumes vigentes: entre os séculos XVI e XVIII a mulher ainda não gozava do status de sujeito de direito na análise dos casos de estupro.

Atribuía-se à vítima um papel secundário, senão terciário, porquanto a honra

demarca a naturalização, na sociedade, de atos demonstrativos da hierarquização de poderes do homem sobre a mulher, como um subproduto do machismo e da subjugação do gênero feminino.

Os olhares, os assovios, as palavras desditosas, os assédios no trabalho, até o último grau da violência de gênero, que é o estupro, por serem tão rotineiros, legitimam a nossa cultura, como sendo uma cultura do estupro. (ROST; VIEIRA, 2015).

Portanto, a questão cinge-se ao aspecto cultural-social. E, em assim sendo, mudanças no âmbito legal, com o agravamento das penas e o maior rigor no tratamento dos estupradores, apenas lidam com as consequências e não com as causas destes crimes, que possuem raízes muito mais profundas e complexas que perpassam, mas vão além, das esferas jurídica e legal.

Estupradores, apesar da primitividade dos atos que cometem, não são monstros<sup>2</sup>. São homens, são pais, filhos, maridos... Aliás, quase insignificante é o percentual de incidência de crime em decorrência de patologias clínicas do transgressor.

Pregações políticas e jurídicas reacionárias, não tratam adequadamente a questão.

Por isso os esforços devem centrar-se no campo da educação. Ensinar questões de gênero, ao contrário do que muitos pré-concebem, não significa, como ouvi dias desses na fala de um Deputado “es-

timular precocemente a sexualidade nas nossas crianças”. Não, não se trata disso. Mas, também, diz respeito à não negação da sexualidade.

Finalizo, então, citando um excerto retirado do “*Manifesto Contra a Cultura do Estupro*”, produzido pelo Laboratório de Relações de Gênero e Família da UDESC-LABGEF, que acato em seu inteiro teor: “[...] queremos políticas públicas voltadas à promoção da equidade de gênero, que promovam a cidadania para mulheres e homens, como as políticas desenvolvidas e implementadas no Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos[...].”

**“Nosso corpo nos pertence: nosso desejo, nossa escolha, nosso sim e nosso NÃO!”**

**Sobre a autora: \*Maria Eduarda Medeiros da Silveira Advogada, membro efetivo do Instituto dos Advogados de Santa Catarina- IASC Estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UDESC.**

### Referência:

ROST, Mariana; VIEIRA, Miriam Steffen. Convenções de Gênero e Violência Sexual: a cultura do estupro no ciberespaço. Contemporânea: comunicação e cultura. V.13, n.02, p.261-276, mai./ago. 2015.

2 - Escrevo isto com base (também) no que assisti no documentário India’s Daughter: a revolução de Jyoti que, a partir das falas dos advogados defensores dos estupradores, dos psiquiatras que os atenderam —além de outros especialistas—, das famílias da

vítima e dos envolvidos no caso, além dos próprios estupradores, conta a história de um estupro bárbaro, ocorrido na Índia, contra uma jovem estudante de medicina, de 23 anos de idade. Por tudo o que narra e, por todos os desdobramentos sociais e jurídicos que emergiram a partir deste caso, o conteúdo deste documentário torna-se quase que obrigatório para quem pretende enriquecer um pouco mais o arcabouço de informações sobre a “cultura do estupro”.



## Amamentação e sua previsão legal

Assunto que atualmente está em voga, especialmente nas redes sociais, é a possibilidade da mulher amamentar em público, inclusive foi sistematicamente vinculada falsa notícia no sentido que a mulher que praticasse tal ato poderia ser presa.

Inicialmente é importante ponderar que o ato de amamentar é um direito da criança que, além de merecer proteção por lei, é recomendado pelo Ministério da Saúde, devendo o recém-nascido ser nutrido com leite materno exclusivamente até os seis meses de idade.

E, ao contrário da falsa notícia vinculada nas redes sociais, alguns estados, como o Estado de São Paulo, instituiu punição a quaisquer estabelecimentos destinados a atividades comerciais, culturais, recrea-

Agora o empregador se vê obrigado a realocar a funcionário durante todo o período de gestação e posteriormente lactação para uma atividade salubre, ou seja, sem risco.

Importante lembrar que as mulheres também tem direito de durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada destinados à amamentar o próprio filho, até que este complete seis meses de idade, conforme o art. 396 da CLT.

Muitas vezes a concessão de dois descansos de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, não atende à finalidade da lei, é muito comum, na prática, a própria funcionária solicitar à empresa a junção dos períodos, de forma a permitir um período de afastamento equivalente a



tivas ou à prestação serviço público ou privado que impedirem a mãe de amamentar o filho dentro de suas instalações. Estabelecendo ainda multa que pode ser dobrada no caso de registro da mesma infração dentro do período de dois anos desde a primeira ocorrência.

Ainda mais recentemente, no dia 11 de Maio deste ano, foi publicada a Lei nº 13.287, válida em todo território nacional que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT estabelecendo que a empregada gestante ou lactante (mulher que amamenta) será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.

Tal legislação coloca um fim em discussão trabalhista antiga ocorrida quando o empregador tentava forçar sua empregada gestante ou lactante permanecer em uma atividade que poderia prejudicar o feto ou a amamentação do filho recém-nascido.

**Yolanda Robert** – professora, advogada, consultora e especialista em direito e processo civil e em direito e processo do trabalho. Email: yolanda@robertadvocacia.com.br



# Vaccine-se contra a gripe e viva com mais saúde

O lema da campanha de vacinação deste ano foi prontamente absorvido pelos joinvilenses diante do anúncio da segunda morte pelo vírus H1N1, no mês de abril.

A circulação do vírus influenza de forma atípica para o período do ano, com predominância do subtipo A (H1N1), levou o governo do estado de Santa Catarina a antecipar a campanha nacional de vacinação.

Em Joinville, a vacinação nos postos de saúde vai até o dia 20 de maio. A procura pela vacina foi tão grande ainda durante o mês de abril que faltou vacina nos ambulatorios municipais e clínicas particulares.

Até o dia 9 de maio, 64,34% das pessoas dos grupos de risco já haviam sido imunizadas pela campanha nacional. Muitas empresas pagaram a vacina para seus funcionários e dependentes.

## Números da gripe

No estado, foram computadas 140 pessoas hospitalizadas por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), com 58 óbitos. Destes, 26 por influenza, sendo 19 (73,2%) pelo vírus influenza A (H1N1), seis (23,0%) pelo vírus Influenza A e um (3,8%) pelo vírus influenza B.

As regiões de Blumenau, Araranguá, São José, Itajaí e Joinville concentram o maior número de casos confirmados de SRAG pelo vírus influenza no estado.

Blumenau apresenta o maior número de casos confirmados e de óbitos, seguido por Araranguá, Joinville, São José, Florianópolis, Itajaí, Tubarão e Lages. Em Jaraquá do Sul, houve uma morte por gripe B.

A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) são casos de síndrome gripal que evoluem com comprometimento da função respiratória, sem outra causa específica, que, na maioria dos casos levam à hospitalização.

Os casos podem ser causados por vírus respiratórios, dentre os quais predominam os da influenza do tipo A e B; ou por bactérias, fungos e outros agentes.

**Influenza em Joinville (10/5):30 casos**

- H1N1:8
- H3N2:0
- Inconclusivos: 3
- Óbitos: 2

## VOCÊ SABE DIFERENCIAR A: GRIPE COMUM DA INFLUENZA A E DA DENGUE?

SINTOMAS	GRIPE COMUM	INFLUENZA A	DENGUE
FEBRE	NÃO CHEGA A 38°	INÍCIO SÚBITO A 38°	ACIMA DE 38°
DOR DE CABEÇA	DE MENOR INTENSIDADE	INTENSA	INTENSA
CALAFRIOS	ESPORÁDICOS	FREQUENTES	FREQUENTES
CANSAÇO	MODERADO	EXTREMO	EXTREMO
DORES MUSCULARES	MODERADAS	INTENSAS	INTENSAS
DOR OU ARDOR NOS OLHOS	LEVE	INTENSO	INTENSO
MANCHAS AVERMELHADAS NO CORPO	NÃO APRESENTA	NÃO APRESENTA	GERALMENTE APRESENTA
DOR DE GARGANTA	ACENTUADA	LEVE	NÃO APRESENTA
TOSSE	MENOS INTENSA	SECA E CONTÍNUA	NÃO APRESENTA
MUCO (CATARRO)	FORTE E COM CONGESTÃO NASAL	POUCO COMUM	NÃO APRESENTA

## Prevenção e vacina

A vacina é segura e reduz as complicações, pois protege contra os três subtipos do vírus da gripe determinados pela OMS para este ano (A/H1N1; A/H3N2 e influenza B).

A vacinação pode reduzir entre 32% a 45% o número de hospitalizações por pneumonias e de 39% a 75% a mortalidade por complicações da influenza.

Para receber a dose nos postos de saúde é importante levar o cartão de vacinação e o documento de identificação. As pessoas com doenças crônicas, ou com outras condições clínicas especiais, também precisam apresentar prescrição médica, especificando o motivo da indicação.

# Yes, Nós aprendemos English na escola

No dia 13 de maio, os estudantes da EEB Jorge Lacerda, localizada no bairro Guanabara, exercitaram seu inglês num grande Yard Sale (Brechó de Quintal) e ainda ganharam “um dinheirinho” desapegando-se daquilo que não tem mais utilidade para si.



Desfile de roupas confeccionadas nas aulas de artes com material reciclado atraiu a comunidade para a escola.



Além de aprender inglês, a trabalhar em equipe, a avaliar estipulando preço e valor, os estudantes treinaram o desapego e ganharam dinheiro.

**Joinville** - Essa foi a terceira edição do Yard Sale e a segunda edição do *Parade Super Fantastic*. O evento que envolveu toda a comunidade escolar teve início às 8h e encerrou-se somente às 22horas.

Os dois eventos resultaram num dia especial para os alunos exercitarem não somente a língua inglesa, mas também suas habilidades de trabalhar em equipe e comunicar-se com o público, além é claro, de desenvolverem a consciência de consumir somente o necessário e reaproveitar todo e qualquer material ou produto, diminuindo a produção de lixo.

## How much is...? = Quanto custa ...?

A atividade, realizada há três anos, é uma iniciativa da professora de língua inglesa Fabíola Dunzer e envolveu também as disciplinas de artes e matemática.

Durante o evento, a escola é transformada num grande espaço de ‘desapego’, como vem sendo chamados o bazar de vendas ou trocas de objetos, roupas, calçados e outros equipamentos que de outra forma seriam descartados.

O *Yard Sale* é comum em países como os Estados Unidos e no ambiente escolar, foi transformado numa alternativa para treinar a conversação em inglês. “Antes de realizar a atividade estudamos o vocabulário e as frases que são utilizadas na negociação. Na verdade é um trabalho

multidisciplinar porque envolve a arte, a matemática e o inglês”, explicou a professora Fabíola Dunzer.

“Na escola o Yard Sale é uma forma de incentivar os alunos a desenvolverem outras habilidades”, lembrou a diretora Patrícia Bazzanella.

Paralelo ao Yard Sale, a escola realizou o 2º Parade Super Fantastic, um desfile de moda com roupas confeccionadas com materiais recicláveis e roupas reaproveitadas. Os figurinos são trabalhados durante as aulas de artes. E os alunos participam de uma competição. As atividades envolveram pais, comunidade em geral e resultaram em muita aprendizagem para a vida.



# Levantamento mostra panorama do Ead no Brasil

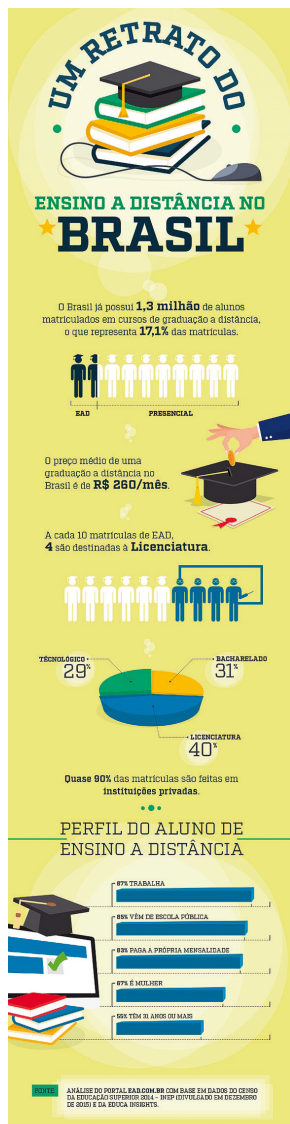
A combinação de preço acessível com flexibilidade impulsiona o crescimento dos cursos de graduação online pelo país, modalidade que já responde por 17,1% dos alunos matriculados no nível superior – o equivalente a 1,3 milhão de estudantes.

É o que mostra análise inédita do portal EAD.com.br (www.ead.com.br) em parceria com a Educa Insights baseada em dados da própria consultoria e do INEP.

Segundo o levantamento, 85% dos alunos vêm de escola pública. A mensalidade custa, em média, R\$ 260.

“É um valor até 60% menor que o investimento feito na graduação presencial, fator decisivo nesse momento de crise econômica e de cortes de programas sociais por parte do Governo”, afirma Fernanda Lapidus Hecht, gerente do site EAD.com.br.

A maioria dos alunos EAD é financeiramente independente, conforme indicam dados da Educa Insights: 87% trabalham e 83% pagam a própria mensalidade. “A flexibilidade



de horários do EAD facilita a vida dos estudantes que já têm um emprego”, diz Fernanda. Além disso, 55% desses alunos têm 31 anos ou mais e são, na sua maioria, do sexo feminino – 67% são mulheres.

O estudo também elencou o perfil dos cursos e instituições mais procurados. A cada dez matrículas no ensino a distância, nove são efetivadas em universidades privadas. Também a cada dez, quatro são destinadas à licenciatura (vide infográfico). “Esperamos que a procura por graduação online cresça ainda mais em 2016, à medida que a modalidade se torna mais conhecida e o acesso à internet cresce no Brasil”, comenta Luiz Trivelato, diretor da Educa Insights.

O EAD.com.br disponibiliza uma ferramenta de busca que apresenta ao estudante as melhores opções de faculdades a distância de acordo com sua localização e o curso de preferência. Lançado em 2012, é atualmente o maior portal independente sobre ensino a distância do país.

Fonte: [www.ead.com.br](http://www.ead.com.br)



## O que é qualidade atualmente? Conteúdo demais atrapalha a vida!

Estou preocupado com meus filhos. Chegam em casa e vão para os livros e cadernos. Para amanhã, já têm de apresentar tarefas. Saem da área de estudos só mais à noite, estão mais preocupados e o tema das conversas fica sobre tarefas, trabalhos e seminários. A casa precisa de mais vida: crianças e adolescentes gritando, brincando, agitando, bagunçando... isso é vida!

Parece bom ter filhos dedicadíssimos aos estudos, mas não é tanto, não. E não é só na minha casa. Os alunos estão sendo mais cobrados, mais atarefados, e isso no Brasil inteiro, nas escolas particulares. Já nas escolas públicas, as parcas e raras cobranças ficam por conta de abnegados professores do Ensino Médio, preocupados em salvar umas pobres almas para o Paraíso das universidades, via ENEM. Infelizmente, é a dura realidade. As escolas particulares treinam os alunos para ficarem com as vagas mais disputadas, das melhores carreiras, nas universidades públicas. As escolas públicas ficam tentando arduamente mostrar um caminho aos alunos já desassistidos e até conscientes de que lhes sobra uma chance maior no segundo plano social. Salvo raras exceções.

Mas, voltando a falar sobre esta repentina mudança de paradigma no interesse dos estudos dos meus filhos (estão com 13, 12 e 9 anos. No 9º ano, 7º ano e 5º ano, respectivamente). Preocupei-me mais quando vi que os assuntos da escola, no papo descontraído deles na rede não eram os que falavam de alguma situação tola dos professores, ou uma grande aula, ou sobre a molecagem em sala de aula ou o papo de pátio. Passaram a discorrer de compromissos, achei até que era alguma influência minha, pois vivo a dizê-los da minha agenda, onde vou dar aulas, palestras, onde vou dar consultoria... Percebe-se neste ponto, que a escola não traz mais a fantasia das relações sociais, de poder, de união e desunião... o que fica na cabeça de adolescentes é a gama de tarefas e trabalhos que precisam mostrar amanhã e tiveram de ser feitos hoje! A escola passa a trabalhar muito mais na quantidade do que na qualidade. Não dá tempo de se aprofundar em assuntos de maior interesse! O que está ocorrendo?

Outra constatação, tanto aqui no Nordeste como no Sul (onde estive recentemente) é a de que as escolas têm anunciado mais sobre preparação para ENEM do que sobre ensino de qualidade ou ensino que faça refletir. Pelo pouco tempo que dispõem de mídia paga e pela pouca criatividade

dos comerciais clichês, as mensagens veiculadas denunciam as escolas. Passam a impressão que ter qualidade é aprovar aos montes para o ENEM. Sabe aquelas escolas que mostram que “APROVARAM” 327432748 alunos no ENEM? Pois é, aquelas escolas mentem! Primeiro, porque elas “contratam” alunos geniais, por via de bolsas de estudo, os melhores alunos de outras escolas. Algumas pagam mais dinheiro, fora a bolsa. Algo como os melhores times contratando craques. E estes alunos aprenderam em outras escolas; talvez aprenderam a pensar sobre a questão e depois resolvê-la, enquanto “os mortais”, os atraídos pelos comerciais, nas aulas a jato, decoram fórmulas, sofrem, se angustiam, lutam para dar conta de tantas tarefas, e os pais, iludidos, felizes achando que tanto assunto a trabalhar seja sinônimo de boa qualidade de ensino, sendo relegados a segundo plano e vendo a cara feia, bufando, dos professores ao menor sinal de dúvida que o aluno traga.

Se o seu filho não for um gênio, o melhor da sala, se ele está dentro da curva normal, notas de 7 a 10, acredite: não haverá ensino de qualidade para seu filho naquelas escolas “de passar no ENEM”. Isso porque as escolas passam a ensinar a jato, sem trabalhar por mais tempo fundamentos importantes e, o pior: SEM TEMPO PARA ENSINAR A PENSAR E A RACIOCINAR. Sem tempo de trabalhar com metas coletivas, de se criar, a exemplo do mercado de trabalho, grupos com metas comuns, que se ajudam mutuamente, que aprendem a pensar num contexto. Eles já chegarão à universidade sem pensar no global, onde a dinâmica do ensino é muito diferente. E o mercado de trabalho é mais diferente ainda, altamente organizado em planos coletivos de metas. Mas nas escolas “conteudistas” com novas roupagens, agora com a Meca do ENEM, só o individual é valorizado. Aliás, só os destaques. A escola acaba não falando, nem de perto, a mesma linguagem que a sociedade moderna: habilidades coletivas são mais importantes que as individuais. Eu garanto: encher de atividades diárias, colocar mil professores em sala em disciplinas divididas, não é qualidade. Nem ensina a viver bem. As famílias mal se veem, mal se falam, atolados em compromissos e a nossa sociedade gera riqueza para poucos e neuroses para muitos.

Filhos: Larguem tudo! Vamos à praia! Nossos neurônios precisam de Sol, sal e sorrisos!

\* Gilmar de Oliveira, psicólogo clínico e professor universitário; especialista em Neuropsicologia e Aprendizagem; Mestre em Educação e Cultura. E-mail: [psicogilmar@gmail.com](mailto:psicogilmar@gmail.com)

@psicogilmar

facebook.com/psicogilmar

## Curso de Depilação

11, 18, 25 de Julho e 01 de Agosto 2016

Das 19:00h às 22:00h

Carga Horária total 12 H

INSTITUTO IREI

Rua Araranguá, 242 / Bairro América Joinville / SC

Profissional:

Alessandra Ravanelli

Material necessário:

- Cera Depilatória roll-on (Refil)
- Aparelho Depilatório (aquecedor roll-on) - (Se tiver pode trazer)
- Papel Depilatório
- 01 Espátula de madeira, silicone ou fibra
- Tesourinha
- Óleo Pós-Depilatório
- Gel Calmante
- Loção Pré-Depilatória
- Pinça
- 01 par luvas de Vinil
- Toalha
- Cera Quente para panela

### Conteúdo programático:

- Introdução básica sobre depilação
- Tipos de cera
- Cuidados com o cliente e profissional
- Demonstração de produto com a prática demonstrativa de vários tipos de cera

### A quem se destina:

- Massoterapeuta, esteticista, profissionais que atuam em clínicas, salão de beleza e pessoas que queiram aplicar a técnica.

INVESTIMENTO

2 x R\$ 178,00

no cartão de crédito

Incluso apostila e certificado

IREI

ESCOLA TÉCNICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

47 3422-8906



# EM Júlio Machado inaugura sistema de energia solar

Equipamento foi instalado pela General Motors

**Joinville** - A Escola Municipal Júlio Machado da Luz, na comunidade do Jativoca, bairro Nova Brasília, é a pioneira de Joinville a receber um sistema de geração de energia solar em escola pública. O equipamento foi inaugurado no dia 24 de maio.

A General Motors, por meio do Instituto GM, foi a investidora dentro do Programa Escolas Sustentáveis. O sistema representou investimento de R\$ 42 mil.

“Esta ação tem um profundo cunho de como tratar a cidadania, a natureza e olhar o presente sem perder a visão do futuro. Esta é uma das poucas do Brasil a ter sistema de produção de eletricidade a partir da energia solar”, afirmou o vice-presidente da General Motors do Brasil

Na cerimônia de inauguração, com presença de um público formado por autoridades, convidados, professores e muitos alunos, o prefeito Udo Döhler agradeceu à GM e referiu-se à rede municipal de ensino e aos estudantes e professores como os melhores do Brasil.



“Temos conquistado muitos prêmios na área pedagógica, nossas escolas ganharam ar condicionado, os alunos tablets, as salas de aula lousas digitais e agora temos essa pioneira com energia solar”.

## Sistema produzirá 33% da energia gasta

O sistema solar fotovoltaico da Escola Municipal Júlio Machado da Luz foi dimensionado para gerar por mês a média de 500 Kwh, que representa 33% dos 1.500 Kwh consumidos.

A proposta de instalação do sistema de captação da energia solar nasceu em reunião do Rotary Club Rotary Clube Joinville Manchester que levou a ideia ao Instituto GM como projeto de sustentabilidade.

“Unimos o útil ao agradável com apoio da empresa Ecoa, que avaliou o projeto como

viável”, relembrou o diretor da GM em Joinville e rotariano Luiz Fernando Duccini. Lembrou que o Rotary já vem desenvolvendo por meio de seu voluntariado o projeto “Estímulo à Leitura”.

O sistema de energia solar vai representar uma economia inicial de 33% na conta de luz, percentual que pode ser ampliado com ações paralelas como troca de lâmpadas mais econômicas, ampliação dos painéis captadores da luz e uso racional da energia em equipamentos.

# Joinvilenses vencem Imagine Cup no Brasil

**Belo Horizonte** - O WITBox, caixa-preta veicular inédita criada por alunos da UniSociesc de Joinville, conquistou o prêmio internacional de tecnologia, da Microsoft, no dia 28 de abril.

Campeões brasileiros da Imagine Cup, os alunos da UniSociesc de Joinville retornam a Santa Catarina com muitos planos para o WITBox, o protótipo que funciona como uma verdadeira “caixa-preta veicular”, colaborando para o esclarecimento de roubos de carros e acidentes automobilísticos.

O projeto é vencedor da competição mundial de estudantes, organizada pela Microsoft, na categoria Inovação, sendo as outras duas Games e Cidadania.

O WITBox surgiu a partir da reunião dos alunos Lucas Casagrande (22), Alexandre Viebrantz (26) e Eduardo Garcia (18), que, além da paixão pela tecnologia, têm em comum o objetivo de extrapolar suas possibilidades, colaborar com a sociedade e, com base nos conhecimentos adquiridos durante os cursos de Engenharia da Computação e Sistemas da informação, propor soluções simples para questões do dia-a-dia.

“Conquistar o prêmio marca o início de uma nova história, pois não tínhamos o intuito só de ganhar, mas sim também de firmar contatos para a criação da **startup**, e aprendemos muito em termos de empreendedorismo, agora é aprimorar ainda mais o projeto para a etapa mundial”, conta o aluno Alexandre, um dos idealizadores do WITBox.

Agora, com foco na etapa mundial, o projeto passará por uma avaliação da Micro-



Lucas Casagrande, Alexandre Viebrantz e Eduardo Garcia venceram competição nacional de tecnologia

soft, nos Estados Unidos, durante um mês. O WITBox está entre os 190 representantes mundiais, podendo ficar entre os três finalistas e ser o grande campeão, no evento em agosto, na cidade americana de Seattle.

Os alunos contaram com a orientação do professor Paulo Manseira e o apoio da coordenadora dos seus cursos, Edicarsia Barbiero Pillon, do Microsoft Innovation Center, existente na UniSociesc de Joinville, sob a coordenação do professor Luiz Camargo e da professora Rita de Cassia Amorim, responsável pelo projeto SUPERA, no incentivo ao empreendedorismo do projeto.

WITBox – O WITBox funciona de modo similar aos dispositivos instalados em aeronaves, registrando áudio e os dados do carro durante o seu uso, como velocidade, posição do volante e outros dados de telemetria, que podem ajudar na solução de investigações sobre acidentes.

Também conta com sistema de rastreamento, bastante útil em casos de roubo e monitoramento de frota, por exemplo.



## A LAICIDADE DO ENSINO

Norberto Dallabrida\*

A presença do Ensino Religioso no sistema público de ensino no Brasil é uma herança da Era Vargas. Essa questão é revisitada pela tese de doutorado intitulada “A laicização do ensino no Brasil (1889-1934)”, de Elcio Cechetti, orientada pelo Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos e defendida, neste mês, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC. Quais são os principais contributos desse trabalho histórico?



Fonte Imagem- <http://leomassaro.jusbrasil.com.br/>

Por um lado, para compreender a laicidade praticada no Brasil entre o início do regime republicano e início da Era Vargas, a tese de doutorado de Cechetti apresenta e analisa diferentes regimes de laicidade.

Um deles é o da “integração cívica”, marcado pela ação estatal em favor de uma identidade civil comum, que exclui do imaginário nacional as religiões.

O caso mais conhecido é o da França, que estabeleceu uma laicidade republicana na “Lei de 1905”, o fundamento jurídico da separação entre Estado e Igreja. Trata-se de uma posição mais contundente de laicidade, geralmente plasmada por enfrentamentos entre anticlericais e filo-católicos.

O regime “liberal-pluralista” é mais aberto e admite a presença de traços religiosos no espaço público, tendendo à acomodação de diferenças sem comprometer o tratamento igualitário do Estado.

Esse modelo é o mais próprio das sociedades multiétnicas e multireligiosas e o exemplo geralmente citado é o da sociedade canadense. Nesta direção, Jocelyn Macclure e Charles Taylor concluem: “Se trata de uma adequação institucional que pretende proteger os direitos e liberdades e não,

como sucede na França, um princípio constitucional e um traço identitário que há que defender”.

De outra parte, o trabalho de Cechetti revisita o pedaço da história brasileira em que houve laicização do Estado e de seu sistema de ensino, ou seja, entre o Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que determinou a separação entre Estado e Igreja Católica, e a Constituição de 1934, que consolidou a permissão do ensino de religião nos cursos primário, normal e secundário.

No início da República, o Brasil tentou implantar um regime de laicidade à francesa, que se mostrou vulnerável devido a alianças, em nível estadual, entre as elites burguesas e eclesiásticas, sobretudo em favor da instituição de colégios de ensino secundário dirigidos por congregações católicas.

Em nível nacional, logo após o golpe chefiado por Getúlio Vargas, o Ensino Religioso foi reintroduzido nos currículos do sistema de ensino, como parte da aliança entre Estado e Igreja Católica, orquestrada pelo ministro da educação Francisco Campos.

A tese de doutorado de Elcio Cechetti relê o período da laicidade do ensino no Brasil com o intuito de lançar luz sobre impasses e tensões escolares motivadas por questões religiosas do nosso mundo atual.

Norberto Dallabrida é professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Autor, co-autor ou organizador de diversos livros. Entre eles, “A Escola da República (1911-1918)” (Editora Mercado de Letras, 2011) e “O futebol em Santa Catarina: histórias de clubes”, organizado com Alexandre Fernandez Vaz (UFSC) e Norberto Dallabrida (UDESC), com o selo da Editora Insular.